



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003950-80.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **JOVINO ARAUJO DE SOUZA**
 Requerido: **TELEFONICA BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução fundada em título executivo judicial.

Os argumentos expendidos pela embargante não a favorecem, de sorte que sua pretensão não pode ser acolhida.

Quanto à necessidade de intimação pessoal da mesma para cumprimento da obrigação de fazer que lhe foi imposta, ela é reconhecida, tanto que sucedeu nos autos por duas vezes.

Nesse sentido, a embargante foi regularmente intimada da decisão de fls. 06/07, que concedendo a tutela de urgência postulada pelo embargante determinou a ela que no prazo máximo de três dias tomasse as providências necessárias para que a linha telefônica trazida à colação passasse a funcionar regularmente.

Tal intimação cristalizou-se no dia 06 de maio de 2014, consoante documento de fl. 12.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a sentença de fls. 79/80 julgou procedente a ação, impôs a mesma obrigação novamente à embargante (nos mesmos moldes do decisório de início referido) e tornou definitiva a antecipação da tutela deferida a fls. 06/07.

Instaurou-se então discussão sobre esse cumprimento, com a embargante asseverando que ele se tinha dado, mas a certidão de fl. 174, lavrada em 04 de setembro de 2014, constatou o contrário.

Diante disso, sobreveio o despacho de fl. 186 precisamente para determinar a intimação pessoal da embargante na esteira da Súmula nº 410 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o que sucedeu em 01 de dezembro de 2014 (fl. 193).

Diante desse contexto, é evidente que a hipótese não contemplou intimação do advogado da embargante para o cumprimento da obrigação de fazer que lhe foi determinada, inexistindo vício a reparar.

Não se cogita de igual modo de excesso da execução.

A sentença de fls. 79/80 foi explícita em arbitrar a multa diária pelo eventual descumprimento da obrigação imposta à embargante, assinalando que *"sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa"* (fl. 80).

Ainda que se considere que o cumprimento se deu em 20 de abril de 2015 (fl. 204), é indiscutível o decurso de largo espaço de tempo entre isso e a data em que a embargante foi intimada a cumprir a obrigação posta na sentença (01/12/2014 – fls. 193), bem como de outro ainda maior a contar da intimação da decisão antecipatória da tutela (06/05/2014 – fl. 12),

Justificou-se, pois, a aplicação da multa em seu grau máximo, não se entrevedo excesso algum.

Já em relação às considerações tecidas sobre essa multa, uma vez mais não assiste razão à embargante.

Ela foi concebida nos autos precisamente como meio coercitivo para a embargante cumprir obrigação a seu cargo, o que se deu – em se admitindo que isso houve – muito tempo após o prazo concedido, devendo por isso a embargante ser penalizada por sua negligência.

O valor da multa não se afigura exorbitante e exatamente para evitar que isso tivesse lugar foi previamente determinado um limite máximo para ela.

Se atingiu esse patamar, a responsabilidade é toda da embargante.

Por oportuno, destaco que já na sentença esses aspectos foram abordados, consignando-se então:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

"A ré há tempos sabia da necessidade de promover a adequação aludida nos autos, não podendo reclamar do prazo fixado no processo para tanto. Da mesma forma, a pena arbitrada não se revela excessiva e atende inclusive à desídia da ré" (fl. 80, dois últimos parágrafos antes de sua parte dispositiva).

Esses argumentos ficam aqui reiterados, de modo que os embargos não prosperam.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos e determino que transitada em julgado a presente se expeça mandado de levantamento em favor do embargado do montante depositado a fl. 207.

Oportunamente, tornem cls. para extinção da execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**